

A VERDADEIRA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO COM A VISÃO DE SUAS CIRCUNSTÂNCIAS CRIATIVAS E PRODUTIVAS

EUDES DE SOUZA LEÃO PINTO

Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.

Desenvolvimento Sócio Econômico entende-se como um processo orientado por seres humanos, no uso dos procedimentos de dinamização dos recursos dados pela natureza.

É de caráter seqüencial, a partir de uma tomada de decisão da pessoa, ou instituição, que se propõe a iniciá-lo, com base em planejamento racional e viável.

Exige a identificação dos fatores determinantes de mudanças científicas e tecnológicas, desde o campo antropológico ao das promoções sociais, com repercussões econômicas.

Parte do conceito de Desenvolvimento origina-se do verbo desenvolver, cuja etimologia é expor minuciosamente, desenvolver, explicar, fazer crescer, aumentar, tornar-se maior ou mais forte, alargar-se, progredir, instruir-se.

Portanto, tem o significado de propiciar melhoria das condições de vida, da pessoa física ou jurídica que quer progredir em seu ambiente existencial.

Sócio-Econômico é aquele Desenvolvimento que proporciona às comunidades e por extensão, às sociedades, uma condição de vida compatível com os anseios e interesses de seus integrantes, tornando-se aptos a desfrutarem os benefícios dos meios ambientes futuros e a constituírem uma base sólida de progresso e prosperidade social.

O Desenvolvimento Sócio-Econômico é o espelho da boa e saudável administração municipal, estadual e federal, pois decorre da consciência de responsabilidade dos administradores, em ação conjugada com os administrados, que são os habitantes das respectivas áreas de jurisdição oficial.

É a conseqüência de análises proficientes das características morfofisiológicas dos elementos da natureza, desde os minerais aos humanos, capazes de evoluírem em seus rendimentos, como matérias primas, ao gerenciamento das mobilizações e

aproveitamentos das riquezas dos três antigos reinos do universo: mineral, vegetal e animal.

Apóia-se na racional e intensiva utilização das terras, das águas e do ar, compatibilizando as suas propriedades edafo-climáticas com os planos, programas e projetos elaborados, tendo a finalidade de extrair o máximo de conforto existencial e rentabilidade em negócios, configurando a ligação Sócio-Econômica.

É imprescindível que o Desenvolvimento Sócio-Econômico comece com a alfabetização de toda a população a ser servida por esse Processo Evolutivo.

Somente com a educação devidamente realizada, com constante aprimoramento do ensino fundamental e do ensino profissional, é que se pode alcançar o correto Desenvolvimento Sócio-Econômico. A estes se acresce o ensino universitário, complemento acadêmico ao quadro da sapiência humana.

É pela formação cultural que o povo habilita-se a ser bem sucedido em suas legítimas aspirações de progresso e bem estar coletivo.

Nunca será conveniente preterir o bem social em busca do econômico, pois é do comportamento dos patrões e dos trabalhadores que depende o grau de conciliação dos interesses geradores da paz social e da justiça, na distribuição da renda nacional.

No estudo dos fatores capazes de contribuir para essa conciliação de interesses classistas, a questão do emprego é de importância fundamental.

Aos cidadãos e cidadãs desempregados ocorrem sempre as mais perturbadoras tentações, para fazê-los infringirem as leis, as normas de convivência social e os princípios da ordem pública.

Por isso, em processo de Desenvolvimento Sócio-Econômico a Educação, da fundamental à universitária, deve proporcionar condição normal de emprego aos jovens e adultos que saibam se comportar com dignidade e respeito no cumprimento de seus direitos e deveres.

Cabe ao Poder Público assegurar a assistência à saúde das pessoas de todas as idades, preservando-as das endemias e epidemias, mediante a realização de programas de vacinações e de nutrição que atendam às exigências orgânicas dos seres vivos em termos de equilíbrio protéico, vitamínico e de sais minerais, com índices de calorias exigidos pelas suas diferentes faixas etárias.

Torna-se extremamente mais barata para os governos e os próprios seres humanos prevenir as doenças e os males corporais do que procurar curá-los, quando já há sofrimento e ameaça de agravamento.

Em comunidades organizadas e desenvolvidas, além dos serviços médicos governamentais, existem sempre os de caráter privado, que devem atender eficientemente os habitantes possuidores de seguro previdenciário, ambos com disponibilidade para os pacientes que são verdadeiramente carentes de recursos financeiros.

O Desenvolvimento Sócio-Econômico importa também em Provisão de Habitação para as famílias bem constituídas, por reconhecimento de serem elas os núcleos das sociedades que se expandem em humanidade.

É incontestável a asserção de que o teto representa a segurança dos que fazem as comunidades.

Uma família proprietária de sua residência possui sempre mais ânimo para o trabalho e mais segurança ao longo da vida.

A casa é a Arca de Noé, da história bíblica, que salva famílias de se desagregarem, nos momentos de aflições, causados pelos problemas de saúde, morte e perdas financeiras.

Os esquemas de Casas Populares a baixos custos e de financiamentos bancários, para residências das classes médias e altas da sociedade a juros limitados, devem ser montados com absoluta prioridade, pelos Governos Municipais, Estaduais e Federais, levando-se em consideração a capacidade de investimento dos pretendentes à posse de residências, para fins de delimitação dos prazos dos respectivos financiamentos.

Convém que haja sempre terreno ou área em torno das edificações isoladas, ou conjuntos, capazes de comportar hortas familiares e fruteiras de maior produtividade, a fim de suprirem os habitantes locais da complementação alimentar da melhor qualidade a custo mínimo.

Cumprida a missão de prover e zelar pela Educação, Saúde e Habitação do povo, os responsáveis pelos Planos, Programas e Projetos de Desenvolvimento Sócio-Econômico tem a obrigação de adotar as seguintes medidas:

1 – Examinar os recursos naturais das áreas a serem contempladas com o Processo de Desenvolvimento Sócio-Econômico;

2 – Examinar os empreendimentos agrícolas, industriais, comerciais e de serviços já implantados;

3 – Examinar a existência de trabalhos de artesanato, reveladores da capacidade criativa e artística dos habitantes da área em foco;

4 – Examinar cuidadosamente a relação entre patrões e trabalhadores, empregadores e empregados, pais e filhos, alunos e mestres, também entre autoridades

e povo constituído por profissionais da geologia, agronomia, medicina veterinária, zootecnia, economia doméstica, engenharia, arquitetura, economia, administração de empresa, contabilidade, medicina, odontologia, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia e outras atividades profissionais exercidas nas comunidades;

5 – Examinar os sentimentos religiosos das diferentes crenças e as suas atuações no campo social;

6 – Examinar a credibilidade das autoridades: prefeitos, vereadores, deputados, senadores, juizes, desembargadores, delegados e comissários de policia;

7 – Examinar todas as possibilidades de exportação dos produtos, incluídos na relação dos cogitados pelos Planos, Programas e Projetos de Desenvolvimento Sócio-Econômico;

8 – Examinar as fontes de recursos financeiros que possam manter o fluxo de exportações;

9 – Examinar os textos legais, pertinentes às exportações, dos países compradores dos produtos brasileiros, bem como dos que regulamentam a saída desses produtos do Brasil;

10 – Examinar as revistas, jornais e boletins informativos que tratam do marketing dos produtos comercializáveis no País e no Exterior.

No exame dos recursos naturais do item 1º, há que se considerar as características de solos e águas.

Os solos requerem o conhecimento de suas composições geológicas, edáficas e em teores de elementos nutrientes das plantas, sua topografia, altitude e cobertura florística, levando-se em consideração as suas localizações nas bacias hidrográficas dos rios perenes e temporários.

As águas devem ser definidas pelas suas situações potamográficas, hidrográficas; em rios e riachos alimentadores das respectivas bacias hidrográficas e hidráulicas; de sua composição salina e do teor em matéria orgânica; de limpeza quanto à existência de coliformes fecais e outras impurezas; medidas da vazão dos cursos de água das fontes e dos poços tubulares; da média de evaporação e até da evapo-transpiração das plantas, verificadas em cada área específica de medição.

Há que se conhecer também os efeitos das temperaturas, umidade e velocidades do ar, com os seus graus de incidência, capazes de provocar variações nos comportamentos das plantas e de suas produtividades.

É de real importância o período diário de iluminação solar sobre os vegetais e animais, promovendo a fotossíntese alongada e a maior amplitude do tempo de trabalho nas 24 horas dos dias para os seres irracionais e humanos.

O exame dos empreendimentos referidos no item 2º, deve ser minucioso e meticuloso, em termos de localização, base física, estruturas prediais, equipamentos eletro-mecânicos-eletrônicos, meios de comunicação, instalações laboratoriais, vias de acesso, capacidade produtiva e de armazenamento dos produtos elaborados, sistemas de comunicação com fornecedores de matérias primas e insumos gerais. Devem ser também examinados os dispositivos promocionais das atividades próprias de cada empreendimento, resultados alcançados nos anos anteriores, com previsão de produção agropecuária, industrial, comercial e de serviços gerais, antevendo-se os respectivos valores financeiros nos anos vindouros.

O item 3º está relacionado com as virtudes artísticas dos integrantes das comunidades, sejam as de origem genética, sejam as de origem cultural.

Os trabalhos de artesanato contemplam as pessoas que vivem em sua maioria, de atividades e rendimentos informais.

Pela qualidade dos mesmos, seus trabalhos auferem proventos satisfatórios e promovem as suas localidades perante os turistas, sempre ansiosos por encontrarem em suas visitas algo atraente e original, como souvenir de categoria especial.

Portanto, o rico e bom artesanato significa arrecadação financeira crescente para os órgãos públicos e a iniciativa privada.

Em qualquer processo de Desenvolvimento Sócio-Econômico faz-se mister que haja perfeito entendimento entre os componentes das classes Empregadoras com os dos Empregados.

Em nenhuma fase da vida da humanidade tornou-se possível à prevalência da boa sobre a má vontade no trabalho, da harmonia sobre a discórdia, da cordialidade sobre a indelicadeza, do amor à paz sobre a violência, da ajuda mutua sobre os comportamentos egoísticos, se não se conciliaram os interesses e o desempenho ocupacional entre o capital e o trabalho.

Nada poderá justificar o mau relacionamento, desde pais e filhos, profissionais das mais diferentes categorias e seus clientes e conhecidos, quando se pensar em Desenvolvimento Sócio-Econômico.

Temos de convir que a união faz a força e torna-se imprescindível para propiciar o bem estar social em qualquer hipótese, segundo o registro do item 4º.

Com relação ao item 5º, devemos entender que os sentimentos religiosos concernentes às diferentes crenças, levam os seus praticantes ao pacifismo, à solidariedade, à caridade e sobretudo ao conformismo, para com a vontade de Deus Único, ou Deuses Vários, e dos símbolos de proteção à vida das criaturas mortais.

Por essa razão e campo social, recebe os benefícios das ajudas pessoais mutuas e da participação coletiva, em programas de amparo à infância e aos idosos desvalidos, com eliminação dos bolsões de misérias, que tanto mal causam as sociedades.

A credibilidade das autoridades, considerada no item 6º, é condição seria para efetivo Desenvolvimento Sócio-Econômico. Este pede cooperação interpessoal, interclassista e intersetorial, que só pode ocorrer em clima de confiança nas autoridades responsáveis pelas diferentes áreas de condução das comunidades e, por extensão das sociedades organizadas.

De seus líderes autênticos, em funções educacionais de saúde pública, em programas de habitação, científicos-tecnológicos, administrativos-financeiros, de segurança e de inter-relacionamentos institucionais, é que se pode esperar ações de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

Uma vez que haja adequada infraestrutura, produção racional de bens úteis ao consumo interno e qualidade total, para atender as exigências dos mercados internacionais, com absoluta regularidade, a condição imposta no item 7º, para o pleno Desenvolvimento Sócio-Econômico, passa a viabilizar as exportações dos excedentes da produção local, regional ou nacional, com bons resultados financeiros para as entidades produtoras, os Municípios, os Estados e as Nações.

É indispensável que os procedimentos acima referidos estejam em consonância com as facilidades de créditos para a formação dos estoques de produtos agropecuários, industriais e comerciais, em níveis de excelência e particularmente, para a prática das exportações regulares e bem controladas, segundo as normas do comércio e dos serviços internacionais, conforme estabelece o item 8º.

Uma vez que o Desenvolvimento Sócio-Econômico busca valorizar e incrementar as exportações de produtos agropecuários, industriais e comerciais, além de serviços, a fim de se atender às recomendações do item 9º, torna-se necessário o conhecimento das legislações e normas regulamentares, adotadas pelos países de efetivo potencial para importações brasileiras, bem como de todo o expediente, que regule ou interfira com as exportações do Brasil.

Finalmente, impõe-se proceder ao levantamento completo dos veículos de comunicação de massa e os especializados em assuntos técnicos-científicos, que

tratem da promoção comercial dos produtos enquadrados nas categorias dos que podem ser vendidos nacional e internacionalmente, com resultados financeiros favoráveis aos produtores e comercializadores brasileiros, em consonância com as recomendações do item 10º.

Nas considerações finais deste trabalho, chamamos a atenção para o fato de que o Desenvolvimento Sócio-Econômico é muito explorado na atualidade, sem que sejam considerados os paradigmas do sucesso indispensáveis à racionalização e a viabilização dos Planos, Programas e Projetos a serem conduzidos pelas entidades governamentais e privadas.

Para a correção dessa anomalia, cabe à Academia Pernambucana de Ciência Agronômica sugerir as correções, o que faz, com a devida responsabilidade, ao apresentar este desprezioso trabalho.